



**Câmara Municipal**

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

**(77) 3086-9600**

Rua Coronel Gugé - 150,  
Bairro Centro, CEP 45000-510  
Vitória da Conquista - BA

**PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF AO PROJETO DE LEI Nº 33/2024 DE AUTORIA DO VEREADOR LUIS CARLOS BATISTA DE OLIVEIRA (DUDÉ), QUE INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA O 07 DE OUTUBRO, COMO O DIA MUNICIPAL DO ROSÁRIO DA VIRGEM MARIA, NESTA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RELATÓRIO:**

Trata-se do Projeto de Lei Nº 33/2024 de autoria do Preclaro Parlamentar *Luis Carlos Batista de Oliveira (Dudé)*, que institui no calendário Oficial do Município de Vitória da Conquista o 07 de Outubro, como O Dia Municipal do Rosário da Virgem Maria, nesta cidade e dá outras providências.

O Projeto de Lei “in Analysis” se fundamenta na Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, com espeque no Art.41, IV, *in verbis*:

“Art. 41: O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

(...)

IV – leis ordinárias

(...)”

Não foram apresentadas emendas aditivas e/ou modificativas, mesmo sendo estas possíveis no bojo da supracitada Lei Orgânica, atendendo as técnicas legislativas e que dispõe as regras de suplementação.

No procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito da produção legislativa municipal, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas elementares: I) a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios; II) se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à *iniciativa para proposição* prevista pela ordem jurídico constitucional; III) a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

Com relação ao Projeto de Lei Nº 33/2024, que institui no calendário Oficial do Município de Vitória da Conquista o 07 de Outubro, como O Dia Municipal do Rosário da Virgem Maria, nesta cidade e dá outras providências.

**JUSTIFICATIVA DO AUTOR** O presente projeto visa instituir no calendário oficial do município de Vitória da Conquista o Dia Municipal do Rosário da Virgem Maria, a ser celebrado anualmente no dia 07 de Outubro.

A devoção a Nossa Senhora do Rosário desempenha um papel significativo, unindo os mistérios centrais da fé à intercessão da Virgem Maria. Ao longo da história, em suas

[www.camaravc.com.br](http://www.camaravc.com.br)

f i t @camaravc

Câmara de Vitória da Conquista



**Câmara Municipal**

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

**(77) 3086-9600**

Rua Coronel Gugé - 150,  
Bairro Centro, CEP 45000-510  
Vitória da Conquista - BA

aparições, Nossa Senhora sempre enfatizou a importância da oração diária do Rosário, destacando-o como uma parte essencial da vida de oração do cristão católico.

Ocorre que a proposição, trata-se de data nacional já existente e que se sobrepõe, assim, a própria data nacional é comemorada em todos os entes da federação, sendo desnecessária e inconcebível uma data municipal, tendo a proposição característica “Bis in idem” ao feriado nacional.

Por analogia, assim se confirmando, abriria um precedente de datas municipais existentes no calendário nacional como, 7 de setembro municipal, dia do soldado municipal e outros.

### **VOTO**

Do ponto de vista legal, o Projeto de Decreto Legislativo apresenta latente inconstitucionalidade, conforme exposto alhures, pois versa “Bis in idem” com o feriado nacional instituído pela Lei 14.745/23. A norma se originou no PL 4943/23 da deputada Simone Marquette (MDB-SP).

Analisando-se a regularidade formal do PL 33/2024, pode-se concluir pela inconstitucionalidade e ilegalidade da mesma, posto que não respaldadas na Constituição Federal e legislação municipal pertinentes.

### **PARECER**

Levando-se em consideração a plena dissonância da proposição com as normas legais de competência da matéria, em face de todas as ponderações acima expostas e a existência de óbices legais intransponíveis, SOMOS pela inconstitucionalidade do projeto de lei nº 33/2024, por vício de origem ou forma e desrespeito à separação de poderes.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 02 de maio de 2024

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CLJRF

Delegado Marcus Vinicius  
Presidente

Edivaldo Santos Ferreira Júnior  
Membro

Valdemir Oliveira Dias  
Membro

Dr Albertto Barreto  
OAB/SE 7752  
Procurador Jurídico das Comissões

Fabiana Prado Santos  
OAB 65.931  
Secretaria

[www.camaravc.com.br](http://www.camaravc.com.br)

[f](#) [i](#) [t](#) [@camaravc](#)

Câmara de Vitória da Conquista